

STJ00099162

JOÃO ROBERTO PARIZATTO

**EXECUÇÃO NO ATUAL E
NO NOVO CPC**



AV. JOAQUIM LOPES AGUILA, 1279

13614-086-LEME-SP

TELS. 19.3554.2662

19.3554.2250

WWW.EDIPA.COM.BR

EDIPALEME@HOTMAIL.COM

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio eletrônico,
mecânico ou xerográfico, sem permissão expressa do editor,
nos termos da Lei n.º 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

EDIÇÃO 2014
ISBN 978-85-8228-015-7

SUMÁRIO

PROCESSO DE EXECUÇÃO

Inadimplemento da obrigação	1
Existência de título executivo	2
Legitimidade para propor a execução	2
Legitimidade do espólio	3
Legitimidade do cessionário	3
Legitimidade do sub-rogado	4
Legitimidade das entidades sindicais	5
Legitimidade passiva na execução	5
Legitimidade do devedor	5
Legitimidade do espólio, herdeiros ou sucessores	6
Legitimidade do novo devedor	6
Legitimidade do fiador judicial	6
Legitimidade do responsável tributário. Execução Fiscal	18
Competência na execução de títulos judiciais e extrajudiciais	28
Petição inicial e documentos que devem acompanhar a inicial	31
Valor da causa	33
Juntada do título executivo	33
Demonstrativo do débito atualizado	36
Indeferimento da petição inicial	37
Suspensão do processo para ser sanado o defeito	37

Imposições legais em caso de desatendimento	38
Representação da pessoa jurídica	38
Petição inicial incompleta. Correção. Prazo. Indeferimento.	
Recurso	38
Providências do exequente no ato da distribuição da execução	40
Certidão para averbar a propositura da execução	41
Prazo para comunicar a averbação ao juiz	41
Hipóteses de cancelamento da averbação	41
Presunção de fraude de execução	42
Indenização de prejuízos causados ao executado em caso de averbação indevida	42
Procedimento a ser adotado para a averbação	42
Propositura da execução. Efeitos	43
Citação válida. Prevenção do juízo	43
Citação válida. Litispendência. Litigiosidade da coisa	44
Citação válida. Interrupção da prescrição	44
Decretação da prescrição de ofício	47
Citação do executado	48
Benefício de redução da verba honorária	48
Forma de contagem do prazo	48
Citação por edital ou por hora certa. Nomeação de curador	49
Certidão do ajuizamento da execução para averbação	49
Comprovante de averbação. Juntada aos autos. Prazo	50
Cancelamento da averbação. Hipótese	50
Fraude de execução. Hipótese	51
Averbação. Hipótese de indenização	51

Penhora e avaliação pelo oficial de justiça	51
Indicação pelo credor de bens a serem penhorados	52
Intimação do executado para indicar bens à penhora	52
Não localização do executado. Dispensa da intimação.	
Novas diligências	53
Execução dirigida contra mais de um devedor. Citação	53
Citação por hora certa, edital e correio na execução	54
 Arresto de bens na execução	 54
Efetivação. Pressupostos	55
Citação do devedor após o arresto	55
Citação por edital. Prazo	55
Conversão do arresto em penhora	56
Intimação para embargos no edital de citação	56
 Penhora de bens na execução	 58
Expropriação	59
Incidência da penhora	60
Local da penhora	61
Não realização. Hipótese	61
Penhora de bens imóveis. Averbação	62
Averbação da penhora. Providências do credor	62
Finalidade do registro da penhora	63
Apresentação de certidão da matrícula do imóvel. Penhora por termo	 64
Execução contra mais de um executado. Prazo. Embargos	66
Realização da penhora. Dias e horários. Férias forenses	66
Incidência da penhora sobre bens do executado	66
Construção de bens do sucessor singular	67
Bens do sócio	69

Bens do devedor em poder de terceiro	71
Bens do cônjuge	72
Embargos de terceiro pela mulher casada	74
 Fraude à execução	 77
Distinção da fraude contra credores	79
Reconhecimento nos próprios autos	79
Configuração	81
Alienação ou oneração de bens pendendo sobre eles ação fundada em direito real. Citação válida	81
Necessidade de ter sido o executado validamente citado	81
Alienação ou oneração de bens quando, ao tempo da alienação, corria contra o devedor demanda capaz de reduzi-lo à insolvência ..	82
Averbação da penhora no ofício imobiliário. Certidão	87
Alienação ou oneração de bens quando existe penhora efetuada	88
Defesa através de embargos de terceiro pelo adquirente	93
 Objeto da penhora. Ordem de preferência	 95
Regra do art. 655 do CPC	95
Finalidade da gradação legal	95
Penhora em dinheiro em espécie ou em depósito	96
Penhora “on line”	97
Penhora de veículos de via terrestre	104
Penhora de bens móveis	105
Penhora de ben imóveis	105
Penhora de navios e aeronaves	105
Penhora de ações e quotas de sociedade empresariais	105
Penhora de faturamento de empresa	106
Penhora de pedras e metais preciosos	110
Penhora de títulos e valores mobiliários	111

Penhora de títulos da dívida pública	111
Penhora no rosto dos autos	112
Penhora de outros direitos	113
Penhora em bens imóveis. Intimação do cônjuge	116
Penhora em bens imóveis. Casal. Embargos. Prazo	118
 Penhora de bem indivisível	 118
 Substituição da penhora	 120
Hipótese. Não observância da ordem legal	120
Não incidência sobre os bens designados em lei, contrato ou ato judicial para o pagamento	120
Existência de bens no foro da execução. Penhora de outros	121
Penhora sobre bens já penhorados ou objeto de gravame	122
Penhora sobre bens de baixa liquidez	123
Não indicação do valor dos bens ou omissão das indicações previstas no art .668, I a IV	123
Indicação pelo executado do lugar onde se encontram os bens e exibição de prova da propriedade	124
Substituição da penhora por fiança bancária ou seguro garantia	124
Substituição da penhora. Imóvel. Concordância do cônjuge	124
Oitiva da parte contrária sobre o pedido	125
Decisão do juiz	125
 Bens impenhoráveis	 125
Bens inalienáveis e declarados não sujeitos à execução	125
Elevador	126
Usufruto	130
Bens móveis, pertences e utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado	133

Vestuários. Pertences de uso pessoal	133
Vencimentos. Subsídios. Soldos. Salários. Remunerações	
Proventos de aposentadoria. Pensões. Pecúlios e montepios.	
Quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas	
ao sustento do devedor	134
Ganhos de trabalhos autônomo. Honorários de profissional liberal .	137
Direitos do empregado sobre reclamação trabalhista	138
Verba do FGTS	138
Comissão de leiloeiro	141
Livros. Máquinas. Ferramentas. Utensílios. Instrumentos ou outros	
bens móveis necessários ou íteis ao exercício de qualquer profissão	142
Máquinas e utensílios de sociedade industrial ou comercial.	
Microempresas e pequenos empresários	142
Telefone. Quadros. Vacas leiteiras. Produtos expostos à venda	146
Veículo automotor. Representante comercial	147
Imóvel. Uso comercial	150
Veículo de advogado	150
Seguro de vida	150
Materiais necessários para obras em andamento	150
Pequena propriedade rural	151
Arguição da impenhorabilidade	154
Recursos Públicos recebidos por instituições privadas	155
Economias familiares até o limite de quarenta vezes o salário mínimo	
e que estejam depositados em caderneta de poupança	155
Recursos públicos do fundo partidário	157
Nomeação de bens impenhoráveis	158
Outros bens impenhoráveis	161
Imóveis habitacionais financiados	163
Bem objeto de cédula rural	164
Bens objeto de cédula de crédito industrial	165

Bem alienado fiduciariamente	166
Bens de contrato de arrendamento mercantil	171
Bens adquiridos por consórcio	172
Impenhorabilidade. Lei n.º 8.009/90	172
Caráter intertemporal	172
Finalidade da lei	175
Devedor que reside fora do imóvel	175
Imóvel utilizado para residência do devedor	175
Terreno pertencente ao casal, sem edificação	176
Imóvel locado	177
Devedor que mora sozinho. Entidade familiar	180
Produção de provas	182
Desnecessidade de averbação no Registro de Imóveis	182
Pessoas que moram juntas. Entidade familiar	183
Imóvel em construção	184
Parte comercial e residencial	184
Imóvel registrado em nome da pessoa física e jurídica	184
Utilização de mais de um imóvel pelo devedor	185
Detentor de direito à aquisição de imóvel	186
Aplicação da lei ao avalista	186
Direito de linha telefônica. Celular	186
Vaga de garagem em prédio	188
Equipamentos agrícolas	189
Televisor	189
Rádio. Aparelho de som	192
Aparelho de jantar. Exaustor. Cristaleira. Conjunto de mesas. Buffet. 193	
Conjunto de sala. Armário de cozinha	193
Geladeira e freezer	193

Máquina de lavar louça e roupa. Passadora e secadora de roupas	193
Jogos de sofá e estofados	194
Dormitório. Guarda-roupas	194
Computador . Teclado. Impressora	194
Vídeo-cassete. DVD	194
Aparelho de ar condicionado	195
Forno de microondas	195
Aparelhos elétricos e eletrônicos sofisticados	195
Veículos de transporte. Obras de arte e adornos suntuosos	197
Alcance da impenhorabilidade	197
Devedor insolvente. Imóvel residencial financiado	200
Execução movida por credor de alimentos	200
Penhora sobre contribuições devidas em função de imóvel familiar (impostos e taxas)	201
Bens adquiridos com produto de crime ou para execução de sentença penal condenatória	205
Imóvel utilizado pelo casal ou entidade familiar	205
Imóvel. Pessoas unidas estavelmente	206
Comunidade formada por qualquer dos pais ou descendentes	206
Transferência da impenhorabilidade para a moradia familiar anterior	210
Utilização de embargos de terceiros	211
Oferecimento pelo devedor de bens impenhoráveis	212
Oferecimento pelo devedor de bens impenhoráveis como garantia em confissão de dívida	212
Invalidade de renúncia do benefício da impenhorabilidade.	
Imovel locado	212
Fiança concedida em contrato de locação. Hipótese	213
Impenhorabilidade do imóvel rural. Moradia e respectivos	

bens móveis	216
Execução por carta	219
Citação do executado. Comunicação ao juiz deprecante.	
Prazo para embargos	219
Ordem de arrombamento	221
Hipótese. Requisitos	221
Lavratura de auto	222
Concretização da penhora	223
Apreensão e depósito dos bens	223
Requisitos do auto de penhora	225
Inciso I do art. 665 do CPC	225
Inciso II do art. 665 do CPC	226
Inciso III do art. 665 do CPC	226
Nulidade do auto de penhora	227
Inciso IV do art. 665 do CPC	227
Nomeação de depositário dos bens	227
Aceitação do encargo de depositário	228
Nulidade do auto de penhora assinado por advogado sem poderes	229
Recusa ao encargo de depositário	229
Depósito dos bens penhorados	230
Redação do art. 666 do CPC	230
Penhora em dinheiro	232
Penhora em móveis e imóveis urbanos	232
Depósito em poder do executado	232
Penhora de jóias, pedras e objetos preciosos	232
Decretação da prisão civil de depositário infiel.	

Inadmissibilidade	233
Demais responsabilidades do depositário	234
Procedimento da Segunda Penhora	234
Nulidade da penhora	235
Execução dos bens e insuficiência para pagamento de dívida ao credor	235
Desistência pelo credor da primeira penhora. Hipóteses	235
Intimação do devedor da realização de segunda penhora	236
Substituição do bem penhorado	237
Prazo para ser requerida	237
Demonstração de inexistência de prejuízo ao exequente	237
Indicações a serem feitas pelo executado	238
Competência para julgamento do pedido de substituição da penhora	239
Alienação antecipada dos bens	239
Hipóteses e processamento	239
Penhora em créditos do devedor	241
Admissibilidade. Bens impenhoráveis. Crédito junto a terceiros	241
Intimação do executado. Disponibilidade do crédito	242
Penhora de títulos de crédito. Apreensão. Terceiro	242
Depoimento do devedor e do terceiro	243
Sub-rogação dos direitos do devedor. Alienação do direito penhorado	243
Direito pleiteado em juízo. Penhora no rosto dos autos	243
Penhora sobre dívidas de dinheiro a juros. Levantamento	244

Penhora sobre direito que tenha por objeto prestação ou restituição da coisa determinada. Intimação do devedor	244
Penhora de empresas e outros estabelecimentos	245
Admissibilidade. Nomeação de depositário	245
Remuneração do depositário administrador	246
Penhora de empresa que funcione com autorização do Poder Público	246
Abrangência da penhora	246
Da Avaliação	246
Hipótese de realização	246
Hipótese de não realização	247
Laudo de Avaliação	247
Hipótese. Requisitos	247
Nova avaliação	248
Hipótese de nova avaliação	248
Redução. Transferência. Ampliação da Penhora	251
Oportunidade. Levantamento do débito	252
Forma de se pleitear	252
Inexistência de prazo para embargos. Impugnação	252
Decisão. Recurso. Prazo	253
Da Adjudicação	256
Oportunidade	256
Pessoas que podem requerer	257
Lavatura do auto	258
Requisitos do auto	259

Alienação por iniciativa particular	259
Hipótese de realização	259
Realização através de corretor de imóveis	260
Prazo para ser efetivada a alienação. Forma. Preço mínimo	260
Formalização da alienação	262
 Alienação em hasta pública	262
Edital de hasta pública. Expedição	262
Requisitos do edital	262
Dispensa de publicação de edital. Hipótese	263
Afixação do edital. Local. Prazo	265
Alteração da forma e frequência da publicidade	266
Ciência do executado. Forma de intimação	266
Imóvel comum indivisível. Intimação dos co-proprietários	269
Não realização da praça ou leilão	269
Finalização da praça ou leilão	270
 Alienação por meio eletrônico	270
Forma de realização. Critérios	271
Criação de normas regulamentadoras	271
 Forma de arrematação	272
Caução e prazo para pagamento	272
Bem imóvel. Aquisição em prestações. Condições	272
Requisitos da proposta. Oportunidade para ser oferecida	273
Decisão pelo juiz acerca do lance ou proposta	274
Pagamentos a prazo. Direito do exequente até o limite de seu crédito	274
Pessoas que podem lançar	275

Incapaz	276
Arrematação pelo credor. Exibição do preço. Dispensa	277
Credor hipotecário. Exibição do preço	279
Valor dos bens	280
Segunda praça ou leilão	280
Falta de pagamento da diferença apurada. Desfazimento	281
Existência de tributos sobre o bem arrematado	290
Praça ou leilão de diversos bens. Mais de um lançador	291
-Suspensão da arrematação	291
-Preço vil na arrematação	291
Atualização da avaliação	295
Assinatura do auto. Conclusão da arrematação	297
Procedência dos embargos. Valor ao exequente	298
Motivos que poderão tornar sem efeito a arrematação	299
Vício de nulidade	299
Falta de pagamento do preço ou não prestação de caução	302
Existência de ônus real ou de gravame não mencionado no edital	303
Pedido feito pelo arrematante na hipótese de embargos opostos à arrematação	303
Preço vil	303
Hipóteses previstas no art. 698 do CPC	304
Falta de pagamento pelo arrematante e seu fiador	304
Desnecessidade de ação de imissão de posse do imóvel arrematado	305
Cálculo do ITBI	306
Embargos à Adjudicação, Alienação ou Arrematação	307
Prazo para oposição	307
Fundamento	308

Parte ativa. Arrematante	310
Desistência por parte do arrematante. Hipótese	310
Embargos protelatórios	310
Rito processual	311
Competência	311
Sentença. Recurso. Efeitos	311
 Intimação do credor hipotecário	 314
Necessidade. Consequências. Nulidade	314
 Alienação de imóvel de incapaz	 316
Guarda e administração dos bens. Alienação. Prazo	316
Arrependimento	316
 Alienação de imóvel que admita cômoda divisão	 316
Hipótese legal	317
 Carta de arrematação	 317
Requisitos	317
Local da alienação	318
Função do leiloeiro	318
Auto do leilão	319
 Pagamento ao credor	 319
Formas de pagamento ao credor	320
Existência de mais de um credor. Ordem de preferência	320
Execução de cotas de condomínio	322
Competência	322
crédito de honorários advocatícios	322
Provas a serem produzidas. Decisão. Recurso	323

Usufruto de móvel ou imóvel	323
Hipótese	323
Decretação do usufruto. Consequências	324
Eficácia em relação ao executado e terceiros	324
Nomeação de administrador	325
Pedido pelo credor	325
Avaliação dos frutos e rendimentos do bem	325
Lauda. Oitiva das partes. Decisão	325
Carta. Requisitos	325
Imóvel alugado. Pagamento do aluguel	325
Decisão pelo juiz da melhor forma de usufruto	326
 Suspensão e Extinção do Processo de Execução	 326
Recebimento dos embargos	326
Hipóteses previstas no art. 265, I a III do CPC	327
Inexistência de bens penhoráveis	328
Não localização de bens do devedor	330
Suspensão da execução e dos embargos	331
Devedor não encontrado	331
Suspensão da execução. Cumprimento voluntário da obrigação	331
Extinção da execução. Devedor que satisfaz a obrigação	333
Devedor que obtém por transação ou outro meio a remissão	334
Renúncia do crédito	335
Extinção da execução. Sentença. Recurso	335
Outros casos de extinção. Procedência dos embargos	335
 Da Execução contra a Fazenda Pública	 336
Procedimento da execução	336
Título executivo	336
Citação da Fazenda Pública para opor embargos. Prazo	338

Admissibilidade dos embargos sem estar seguro o juízo	339
Embargos à execução contra a Fazenda Pública	339
Requisição do pagamento	341
Competência para requisitar o precatório	341
Obrigações de pequeno valor	342
Pagamento de acordo com a ordem de apresentação do precatório .	343
Expedição do precatório. Orçamento. Extinção da execução	343
 Execução de Prestação Alimentícia.....	 345
Ação fundada no art. 732 do Código de Processo Civil .	346
Ação fundada no art. 733 do Código de Processo Civil	347
Escolha da espécie de ação a cargo do autor	347
Execução nos próprios autos	348
Petição inicial. Título executivo	349
Competência	349
Procedimento	350
Citação do devedor para pagar em três dias	351
Intimação por hora certa. Edital	352
Penhora em dinheiro. Levantamento da prestação	352
Embargos. Matérias alegáveis.	353
Execução com pena de prisão civil.	355
Citação do devedor para pagar, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo	 356
Admissibilidade da prisão civil. Espécie de alimentos	357
Legitimidade para propor a execução	359
Requerimento da pensão e prisão pelo Ministério Público	360
Execução de prestações atrasadas. Critérios das três últimas vencidas.	 361
Prisão civil. Decretação independentemente de outros meios	369
Desconto em folha de pagamento	370

Aposentadoria do devedor	372
Prisão civil. Decretação com ponderação	373
Execução em caso de alimentos. Ato ilícito	374
Requisitos da petição inicial. Citação do devedor. Prazo	374
Pagamento do principal. Custas. Honorários advocatícios.	374
Acordo entre o devedor e o credor	375
Suspensão da execução	375
Prova do pagamento. Modo	375
Justificativa da impossibilidade do pagamento. Decisão	376
Decisão. Fundamentação. Recurso	377
Ação revisional de alimentos. Propositura. Efeitos.	377
Justificativa. Produção de provas. Cerceamento de defesa	378
Dificuldade financeira do devedor. Desemprego	379
Admissibilidade da prisão civil por mais de uma vez	382
Decisão que decreta a prisão civil. Recurso. Prazo	383
Impetração de habeas corpus. Matérias apreciáveis	383
Mandado de Segurança	384
Acórdãos coletados sobre habeas corpus	385
Cumprimento da prisão civil.	387
 Execução por Quantia Certa contra Devedor Insolvente	 388
Conceito de insolvência	388
Insolvência de ambos os cônjuges	390
Devedor que não possui bens livres e desembaraçados	391
Falta de bens suscetíveis de penhora	392
Realização de arresto em bens do devedor	393
Ônus da prova a cargo do devedor	393
Efeitos da insolvência civil	394
Incidência de atualização monetária na insolvência civil	395
Legitimidade para requerer a insolvência civil	395

Pedido de insolvência civil e execução	396
Citação do devedor. Oposição de embargos. Prazo	397
Impugnação aos embargos. Audiência	398
Administrador para a massa. Nomeação. Intimação	399
Remuneração do administrador. Deveres	400
Habilitação. Declaração de credores. Quadro geral	401
Extinção das obrigações. Providências	402
Credor retardatário. Direitos	403
Arbitramento de pensão em favor do devedor	403
Jurisprudência sobre insolvência civil	403

MODELOS PRÁTICOS NO ATUAL CPC

Modelo de Execução por Título Extrajudicial	413
Modelo de Execução com pedido de arresto	414
Modelo de Execução de honorários advocatícios	416
Modelo de Execução de escritura pública de confissão de dívida	418
Modelo de Execução por Títulos Extrajudiciais	420
Modelo de petição para a indicação pelo fiador de bens do devedor à penhora	422
Modelo de petição de execução do fiador contra o afiançado no mesmo processo	422
Modelo de petição para a indicação de bens da sociedade à penhora feita pelo sócio	424
Modelo de petição arguindo a impenhorabilidade	425
Modelo de petição comunicando ao juiz as averbações efetivadas	425
Modelo de pedido de intimação do executado para indicação de bens à penhora	426
Modelo de pedido de informações para penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira	427

Modelo de pedido do executado. Impenhorabilidade da quantia depositada em banco	427
Modelo de pedido de substituição da penhora	428
Modelo de informação do executado sobre bens a serem penhorados ..	429
Modelo de pedido de substituição da penhora por fiança ou seguro garantia judicial	429
Modelo de pedido de substituição da penhora. Outra hipótese	430
Modelo de pedido de realização de segunda penhora	430
Modelo de petição feita entre credor e devedor para a administração de estabelecimento	431
Modelo de pedido de nova avaliação	432
Modelo de petição feita pelo devedor requerendo a redução da penhora ou transferência para outros bens que bastem à execução	433
Modelo de petição feita pelo credor requerendo a ampliação da penhora ou transferência para bens mais valiosos	433
Modelo de pedido de remição da execução	434
Modelo de pedido de alienação antecipada de bens	435
Modelo de petição feita pelo credor requerendo a designação de audiência para ouvir o devedor e o terceiro	436
Modelo de petição de intimação do devedor - CPC, art. 676	436
Modelo de pedido de alienação por meio eletrônico	437
Modelo de pedido de aquisição de imóvel a prestações	438
Modelo de pedido de usufruto de bem móvel ou imóvel	439
Modelo de pedido de cobrança de multa ou indenização feita pelo exequente	439
Modelo de pedido de cobrança de multa ou indenização feita pelo executado	440
Modelo de pedido de parcelamento da execução	441
Modelo de pedido de desistência da aquisição	441
Modelo de pedido de alienação por iniciativa particular	442
Modelo de pedido de alienação por iniciativa particular através de Corretor de Imóveis	443

Modelo de petição requerendo a intimação do credor hipotecário da realização da praça ou leilão	443
Modelo de petição feita por pretendente na forma do parágrafo 1.º do art. 701 do CPC	444
Modelo de petição de execução da multa imposta no caso de arrependimento do pretendente	445
Modelo de petição feita pelo devedor para a alienação de parte do imóvel	446
Modelo de petição na hipótese de haver mais de um pretendente	447
Modelo de petição feita pelo credor pleiteando o depósito da diferença da adjudicação	447
Modelo de pedido de adjudicação pelo cônjuge	448
Modelo de execução das obrigações alternativas feita pelo credor	449
Modelo de petição para devolução do direito de opção pela inércia do devedor	449
Modelo de execução de obrigação alternativa quando a opção couber ao credor	450
Modelo de execução de sentença provando-se o cumprimento de condição ou termo imposta	451
Modelo de execução para a entrega de coisa certa	452
Modelo de embargos de retenção por benfeitorias a serem liquidadas	454
Modelo de execução para a entrega de coisa incerta	455
Modelo de execução das obrigações de fazer	457
Modelo de execução das obrigações de não fazer	458
Modelo de pedido de insolvência civil feito pelo credor	460
Modelo de embargos à insolvência civil	461
Modelo de pedido de insolvência civil feito pelo devedor ou espólio ..	462
Modelo de pedido de alienação antecipada de bens da massa na insolvência civil	464
Modelo de pedido de habilitação de crédito na insolvência civil	464

Modelo de pedido de arbitramento de honorários do administrador na insolvência civil	465
Modelo de impugnação de qualquer crédito habilitado na insolvência ..	465
Modelo de impugnação pelo credor de habilitação de crédito pleiteada na insolvência	466
Modelo de impugnação ao quadro geral de credores na insolvência ...	467
Modelo de pedido de arrecadação de bens adquiridos pelo insolvente após a declaração de sua insolvência	468
Modelo de pedido de extinção das obrigações da insolvência	468
Modelo de oposição do credor ao pedido de extinção das obrigações da insolvência	469
Modelo de aprovação do quadro de credores e proposta de forma de pagamento aos credores	469
Modelo de pedido de arbitramento de pensão em favor do devedor ..	470
Modelo de Execução de Alimentos - CPC, art. 732	471
Modelo de Execução de Alimentos - CPC, art. 733	473
Modelo de Justificativa apresentada pelo devedor de alimentos	474

MODELOS PRÁTICOS NO NOVO CPC

Modelo de Execução por Título Extrajudicial	477
Modelo de pedido de remição da execução	479
Modelo de petição comunicando ao juiz as averbações efetuadas	479
Modelo de pedido de cancelamento da averbação	480
Modelo de pedido de citação por edital	481
Modelo de petição arguindo a impenhorabilidade	481
Modelo de pedido de substituição da penhora	482
Modelo de pedido de substituição da penhora. Outra hipótese	482
Modelo de pedido de substituição da penhora por fiança bancária ou seguro garantia judicial	483

Modelo de informação do executado. Bem à penhora	484
Modelo de pedido de redução, ampliação ou transferência da penhora	484
Modelo de pedido de alienação antecipada dos bens	485
Modelo de pedido de indisponibilidade de ativos financeiros	486
Modelo de pedido de cancelamento de indisponibilidade de ativos financeiros	486
Modelo de pedido de oitiva do executado e terceiro	488
Modelo de pedido de nova avaliação	488
Modelo de petição feita pelo devedor requerendo a redução da penhora ou transferência para outros bens que bastem à execução	489
Modelo de petição feita pelo credor requerendo a ampliação da penhora ou transferência para bens mais valiosos	490
Modelo de pedido de adjudicação	490
Modelo de pedido de depósito. Diferença do valor dos bens adjudicados	490
Modelo de pedido de alienação através de Corretor de Imóveis	492
Modelo de pedido de adjudicação dos bens penhorados	492
Modelo de pedido de adjudicação dos bens penhorados na hipótese de haver mais de um pretendente	492
Modelo de pedido de alienação por iniciativa particular	493
Modelo de pedido de alienação por meio eletrônico	494
Modelo de pedido de interessado	495
Modelo de pedido de resolução da arrematação	495
Modelo de pedido de execução contra o arrematante	496
Modelo de pedido para que seja tornada inválida a arrematação	498
Modelo de pedido para que seja tornada ineficaz a arrematação	498
Modelo de pedido para que seja resolvida a arrematação	499
Modelo de pedido feito pelo fiador do arrematante para transferência da arrematação	499
Modelo de pedido de cientificação do credor hipotecário	500

Modelo de pedido de arrematação feita por pretendente	500
Modelo de execução de multa. Arrependimento do pretendente	501
Modelo de pedido de alienação de parte do imóvel	503
Modelo de ação de invalidação de arrematação	503
Modelo de pedido de desistência da aquisição	504
Modelo de manifestação. Direito de preferência	505
Modelo de execução contra a Fazenda Pública	505
Modelo de pedido de parcelamento da execução	507
Modelo de concordância e pedido de alvará para levantamento do depósito feito pelo devedor	507
Modelo de discordância com o pedido de parcelamento feito pelo devedor	508
Modelo de impugnação da penhora ou da avaliação incorreta	509
Modelo de Execução de Alimentos (CPC, art. 927)	509
Modelo de Execução de Alimentos (CPC, art. 927) com pedido de desconto em folha (CPC, art. 928)	511
Modelo de Execução de Prestação Alimentícia (CPC, art. 929)	512
Modelo de justificativa apresentada pelo devedor	514
Modelo de pedido de suspensão da execução	515
Modelo de pedido de suspensão da execução por convenção das partes	515
Modelo de extinção da execução por pagamento	516
Modelo de execução para entrega de coisa certa	517
Modelo de execução para entrega de coisa incerta	518
Modelo de pedido de expedição de mandado contra terceiro adquirente	519
Modelo de execução da obrigação de fazer	520
Modelo de execução da obrigação de não fazer	520
 Legislação. Texto do Processo de Execução no novo CPC aprovado pelo Senado Federal	 523
 Bibliografia	 552